



ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UTFPR

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e catorze, reuniu-se o Conselho Universitário, na sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Bloco J₁, sito na Rua Desembargador Westphalen, número seiscentos e trinta e sete, Curitiba, às quinze horas, presidido pelo Presidente Carlos Eduardo Cantarelli, com a presença dos Conselheiros: Admilson Teixeira Franco, Alfredo de Gouvêa, Antonio Augusto de Paula Xavier, Antonio Carlos Mazzetti, Antonio Gonçalves de Oliveira, Carlos Henrique Mariano, Cezar Augusto Tacla, Cezar Augusto Romano, Dalmarino Setti, Elsa Moreira, Fabio Kurt Schneider, Eurico Pedroso de Almeida Junior, Fernando César Manosso, Gilberto Cruz Rautt Junior, Gilson Leandro Queluz, Guilherme Luiz Frufrek, Henrique de Salles Gonçalves, Marcos Massaki Imamura, Heron Oliveira dos Santos Lima, Humberto Remigio Gamba, Jeferson Ferreira de Deus, João Paulo Aires, José Airton Azevedo dos Santos, Katya Cristina de Lima Picanço, Luiz Alberto Pilatti, Luiz Alberto Vieira Sarmento, Marcelo Guelbert, Marcio Roberto Ghizzo, Marco Antonio Areias Secco, Mauricio Alves Mendes, Nanci Stancki da Luz, Neri Santos Vargas, Paulo André de Camargo Beltrão, Paulo Cesar Paulino, Rafael Cardoso, Rogério Eduardo Cunha de Oliveira, Sandrone Fochesatto, Vanessa Ishikawa Rasoto, Vilson Luiz Dalle Mole e Wesley Trevisan Amâncio. O Diretor-Geral do Câmpus Santa Helena, Carlos Alberto Mucelin, participou como ouvinte. O Presidente iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos e chamando para a Posse os seguintes conselheiros: Eurico Pedroso de Almeida Junior, suplente de Devanil Antonio Francisco, representante dos docentes do Câmpus Cornélio Procópio; Henrique de Salles Gonçalves, suplente de José Carlos Gabardo, representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP); e Humberto Remigio Gamba, representante titular dos docentes do Câmpus Curitiba. Em seguida, justificou a ausência dos Conselheiros: Devanil Antonio Francisco, Eden Januário Netto, Elaine Cristina Ferruzzi, José Carlos Gabardo e Paulo Osmar Dias Barbosa. O conselheiro Marcos Junior Brambilla não justificou sua ausência. Na sequência, o Presidente parabenizou os Conselheiros aniversariantes do mês de março. **EXPEDIENTE:** A Ata da Vigésima sexta reunião extraordinária foi aprovada por todos os conselheiros que estiveram presentes na última reunião. Em seguida, foram distribuídas as agendas das reuniões ordinárias do Conselho para o ano de 2014. Devido a solicitações de vários conselheiros, o presidente colocou em votação a alteração do horário de início das reuniões, de 15 horas para as 14 horas. O presidente comunicou que, nos dias 10 e 19 de março, aconteceram as cerimônias de posse dos diretores-gerais dos Câmpus de Curitiba, Cezar Augusto Romano, e de Toledo, Viviane da Silva Lobo, sendo esses eventos formais e públicos. Comentou, ainda, que a UTFPR tem tido um grande crescimento no programa Ciências Sem Fronteiras, principalmente no envio para o exterior de alunos das engenharias. A posição do Governo atual, representado pelo secretário Paulo Speller, da Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC), é a de que há a garantia do referido programa até o ano de 2015, cujo orçamento será aprovado pela atual gestão. Espera-se que o programa seja consolidado com a ampliação de áreas prioritárias estabelecidas pelo MEC. Complementou dizendo que, na missão à Europa, houve dez países que o procuraram para firmarem convênios

42 em diversas áreas. Em seguida, o presidente passou à **ORDEM DO DIA. Processo 03/2014 –**
43 **Relatório de Gestão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Exercício 2013**
44 **Relator: conselheiro Heron Oliveira dos Santos Lima.** O presidente informou que esse
45 processo, obedecendo os documentos internos da UTFPR, foi aprovado no mês de fevereiro, por
46 unanimidade, pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD). Após a leitura do
47 Relato, o presidente passou a palavra aos conselheiros. Em seguida, o presidente pediu
48 autorização ao colegiado para que a presidente da Comissão, professora Isaura Alberton de Lima,
49 com o apoio de seus membros, fizesse uma apresentação resumida do trabalho realizado. Os
50 conselheiros concordaram. Após a apresentação do trabalho, o presidente agradeceu todos que
51 compuseram esta comissão e o trabalho de todos os Câmpus, destacando a importância deste
52 Relatório, que demonstra os dados e o crescimento da UTFPR. Em seguida, abriu para as
53 considerações dos conselheiros. O conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole parabenizou o trabalho
54 realizado e, em seguida, mencionou, no documento “Indicadores” encaminhado ao Conselho, que
55 não havia achado uma motivação para a discrepância nos valores de “Custo Anual por m²” em três
56 Câmpus (Apucarana, Campo Mourão e Francisco Beltrão). O conselheiro Marcio Roberto Ghizzo,
57 em relação ao Câmpus Apucarana, justificou que alguns indicadores mencionados no relato não
58 representam a realidade vivenciada ao longo do ano de 2013. Disse que, no ano anterior, havia
59 duas obras que estavam sendo utilizadas, mas que não tinham sido entregues. Mencionou o
60 bloco M com 2260 m² e o restaurante universitário (RU), com uma obra de 577 m², mais 123 m² na
61 segunda etapa, totalizando 2960 m² de obra, que estavam sendo utilizados. Por esse motivo, os
62 dados de consumo de energia, de água e de limpeza do Câmpus Apucarana foram tão elevados.
63 O conselheiro Sandrone Fochesatto esclareceu que o critério para a inclusão dos metros
64 quadrados, no relatório de gestão, é o termo de recebimento definitivo da obra, elaborado por
65 comissão designada para tal finalidade. O conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole retornou ao
66 documento “Indicadores”, taxa de sucesso na graduação (TSG)”, solicitando a revisão dos dados,
67 pois estavam supostamente equivocados. O presidente disse que os dados serão revisados. Para
68 finalizar, o conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole, ainda no mesmo documento, solicitou à reitoria que
69 busque mecanismos para que os Câmpus do interior possam efetivamente contratar professores
70 com a titulação de mestre e mostrar-lhes que existem possibilidades de se fazer doutorado, em
71 curto ou médio prazo. A conselheira Katya Cristina de Lima Picanço mencionou que há dados que
72 aparecem no Relatório de Gestão, mas não na apreciação do relator sobre os problemas internos
73 da Universidade como, por exemplo, os dados de evasão. Sugeriu, assim, que isso seja
74 trabalhado com políticas internas adequadas. Ainda sugeriu a readequação das circunstâncias dos
75 alunos que fazem os cursos de tecnologia pelo motivo de não poderem cursar a engenharia em
76 tempo integral, muitas vezes, por problemas socioeconômicos. Ainda, a conselheira mencionou,
77 na página dez do relato, o seguinte trecho “uma dissonância do número de egressos de 2012, em
78 que o total de formados caiu pela metade se comparado ao ano anterior, em razão do longo
79 período de greve dos servidores federais naquele ano”. Pediu uma readequação no texto, pois
80 pode haver uma interpretação equivocada em relação ao direito dos servidores à greve. Sugeriu
81 que se colocasse “em razão do calendário”. O relator esclareceu que essa análise foi feita sobre
82 um período específico, mas acatou a sugestão de alteração. O conselheiro Gilson Leandro Queluz
83 mencionou a falta da relação de autocrítica no Relatório de Gestão e sugeriu que cada pró-reitoria
84 fizesse uma avaliação crítica sobre os dados apresentados para que os conselheiros pudessem
85 discutir políticas institucionais. O conselheiro Dalmarino Setti mencionou o documento
86 “Indicadores”, encaminhado aos conselheiros, “Funcionário Equivalente / Número de Professores
87 Equivalentes”, questionando a falta de funcionários nos Câmpus. O presidente esclareceu que há
88 um limite financeiro para a contratação de docentes e de técnicos-administrativos necessários,

89 mas que há um trabalho da Andifes, do MEC e do Ministério do Planejamento, que vem trazendo
90 um entendimento de que há uma defasagem de servidores nas Instituições, encaminhando novos
91 projetos de vagas ao Congresso Nacional. Esclareceu também que o Reitor não tem a autonomia
92 de criar novas vagas, mas que tem reforçado, nas reuniões com o Ministro da Educação e com a
93 Bancada Paranaense, essa necessidade institucional. O conselheiro Cezar Augusto Romano
94 pediu que haja uma conversa entre a Reitoria e o Câmpus Curitiba de tal forma que, nos próximos
95 relatórios, tenham-se dados efetivos individualizados entre estas unidades. O conselheiro solicitou,
96 ainda, que se faça o uso qualitativo dos dados desse relatório, relacionando-os com os indicadores
97 pretendidos futuramente. O parecer do relator foi colocado em votação, sendo aprovado por
98 unanimidade. O presidente solicitou a troca de ordem na apresentação dos Processos, sendo o
99 Processo 04/2014 apresentado após o Processo 05/2014. **Processo 05/2014 – Aprovação do**
100 **Orçamento 2014 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Relator: Carlos Henrique**
101 **Mariano.** Após a leitura do Relato, o presidente passou a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro
102 Neri Santos de Vargas solicitou esclarecimentos sobre como seriam rateadas aos Câmpus os
103 quinze milhões de reais referentes à emenda da Bancada, no momento em que a UTFPR recebê-
104 los. O presidente disse que todos os anos a UTFPR encaminha um documento oficial à Bancada
105 Paranaense em Brasília, fazendo solicitações, conforme a demanda da Instituição, sendo que esse
106 recurso encontra-se bloqueado. O conselheiro Sandrone Fochesatto esclareceu que todos os
107 anos solicita-se aos diretores-gerais dos Câmpus que encaminhem suas prioridades, sendo o
108 atendimento efetivado da forma mais isonômica possível e, dentro da possibilidade do orçamento,
109 atende-se todos os câmpus. Dessa forma, são embasadas as emendas de bancada e o fundo de
110 reserva. O conselheiro Rafael Cardoso solicitou esclarecimentos na Proposta Orçamentária, no
111 quadro do item 1.1, sobre os valores mencionados, pois estariam equivocados. Também solicitou
112 que a proposta apresentasse uma explicação textual sobre a origem e a destinação dos recursos e
113 não apenas um conjunto de tabelas. A metodologia de apresentação usada, segundo o
114 conselheiro, dificulta sobremaneira o entendimento e o acompanhamento da distribuição
115 orçamentária da universidade. O conselheiro Sandrone Fochesatto disse que seria revisado e
116 alterado, caso necessário. Ainda, o conselheiro Rafael Cardoso solicitou que sejam verificados os
117 investimentos de bancada para o Câmpus Pato Branco, pois estariam com a necessidade de
118 verbas para reformas. O conselheiro Wesley Trevisan Amâncio, em relação ao quadro 4, do item
119 3.2.3 do Relato, solicitou esclarecimentos sobre o item “Cursos e Concursos”, na questão de
120 destinação de uma parte desse valor para a qualificação de técnicos-administrativos. Ainda
121 questionou como seria a participação da comunidade acadêmica na construção desses recursos
122 destinados ao custeio de programas institucionais. O conselheiro Sandrone Fochesatto
123 esclareceu que o item “Cursos e Concursos” é um recurso de custeio destinado a execução de
124 concursos públicos e a cursos de capacitação. Citou, ainda, que no COPLAD um conselheiro
125 sugeriu cursos de qualificação, em especial para os técnicos-administrativos, e disse que essa
126 proposta seria analisada e verificada, dentro das possibilidades de enquadramento no orçamento
127 do ano seguinte. Continuando os esclarecimentos, em relação aos projetos institucionais disse que
128 a recepção é feita nas pró-reitorias, que fazem reuniões com as respectivas diretorias para discuti-
129 los. Em relação à assistência estudantil, disse que ainda não há uma estrutura propriamente
130 formalizada nos Câmpus, mas que funciona por meio dos Núcleos de Acompanhamento
131 Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPes) e correlatos. A conselheira Vanessa Ishikawa
132 Rasoto esclareceu que, apesar de o valor destinado aos assuntos estudantis ser menor do que
133 para outras áreas, isso significava uma vitória, pois nunca na história da UTFPR houve recursos
134 próprios para Programa Institucional de Assistência Estudantil. Mencionou que, no ano anterior,
135 houve um levantamento e diagnóstico de tudo que envolveria os assuntos estudantis, nos 13

136 Câmpus. Assim, levaram-se em consideração as principais solicitações, principalmente dos
137 NUAPEs, que já fazem apoio aos alunos, com fóruns, capacitações, prevenções, quer seja de
138 alcoolismo, drogas ou gravidez indesejada, além de oficinas, apoio à questão cultural, atendimento
139 psicológico, ambulatorial, acompanhamento pedagógico, entre outros. O conselheiro Luiz Alberto
140 Pilatti esclareceu que, antes da atual gestão da reitoria, não havia qualquer destinação de valores
141 às pró-reitorias, os quais são divididos dentro das suas áreas. O conselheiro disse não ser um
142 orçamento nos moldes colocado pelo conselheiro Wesley Trevizan Amâncio, pois as assembleias
143 comunitárias não estão previstas nos documentos institucionais. Lembrou que todos os pró-
144 reitores se reúnem com os diretores-gerais de cada câmpus e com os diretores de área para
145 estabelecer os Editais. Quanto à pró-reitoria de assuntos estudantis, reforçou dizendo que ainda
146 não existe, mas que é um compromisso criá-la, e complementou dizendo que o valor orçamentário
147 colocado ainda é pouco, mas considerado um primeiro passo importante. O conselheiro Antonio
148 Augusto de Paula Xavier esclareceu que, apesar de não haver uma discussão direta com a
149 comunidade, o orçamento foi amplamente debatido em todos os Câmpus com os diretores de
150 área. Ainda, fez um chamamento aos conselheiros para que solicitem mais Emendas
151 Parlamentares à Universidade. O conselheiro Gilson Leandro Queluz disse que, apesar do
152 orçamento passar pela apreciação dos diretores de área, deveriam ser criados instrumentos para
153 que fosse discutido com todas as áreas da comunidade, visto que os diretores, muitas vezes, não
154 têm conhecimentos setoriais ou pontuais. O conselheiro Jeferson Ferreira de Deus solicitou
155 esclarecimentos no relato sobre o que seria “fora da sede” quando se menciona “Bônus por curso
156 de graduação fora da sede (10%)”. O conselheiro Sandrone Fochesatto respondeu que, no
157 Estatuto, sede da UTFPR é o município de Curitiba, sendo “fora da sede” os locais fora desta
158 Capital. O conselheiro Jeferson Ferreira de Deus ainda questionou a diferença dos valores
159 orçamentários do ano anterior em comparação a este, visto que o número de Câmpus atualmente
160 aumentou. O presidente esclareceu que o orçamento que está sendo aprovado é o inicial proposto
161 na Lei Orçamentária Anual (LOA), o qual vai sendo complementado no decorrer do exercício,
162 sendo que, ao final, o valor orçamentário é maior. O conselheiro Sandrone Fochesatto esclareceu
163 que essa evolução poderia ser vista na tabela 2.4, do Relatório de Gestão. O conselheiro Cezar
164 Augusto Romano, na Proposta Orçamentária, relacionou o item 1.1, Programática 4002,
165 Assistência aos Estudantes de Ensino Superior, em relação ao valor de custeio, com o quadro 3
166 do item 1.2, e solicitou que os dados sejam verificados corretamente, pois isso afetaria o
167 orçamento de custeio e a divisão dos valores entre os Câmpus. Ainda, no quadro 3 do item 1.2,
168 Valor de Pessoal, em relação ao quadro 1 do item 1.1, disse que o valor também não coincide, e
169 solicitou que seja verificada essa somatória. O conselheiro questionou como será discutida e
170 alocada entre os Câmpus a utilização dos Recursos Próprios do Orçamento e da Fonte 280
171 (Convênios) da tabela 3 do item 1.2. O conselheiro Sandrone Fochesatto esclareceu que a
172 destinação da fonte 250 (recursos próprios são dos Câmpus que fazem a arrecadação, ou seja,
173 grande parte desses recursos é proveniente dos sessenta por cento dos cursos de especialização.
174 Continuou, esclarecendo que, em seguida, a FUNTEF faz uma Guia de Recolhimento da União
175 (GRU), deposita na conta única da UTFPR e assim o valor é repassado ao Câmpus que realizou o
176 curso. Ainda, disse que há alguns recursos que são depositados via GRU, entrando na fonte 250,
177 e executados conforme Plano de Trabalho aprovado no convênio estabelecido. O conselheiro
178 Cezar Augusto Romano solicitou mais esclarecimentos nos quadros 5 e 6, dos itens 2.1 e 2.2, e,
179 no item 2.3, solicitou que fosse disponibilizada a forma de acessibilidade aos valores mencionados
180 em cada pró-reitoria. O presidente solicitou aos conselheiros a prorrogação da reunião, no que foi
181 acatado. O conselheiro Paulo Cesar Paulino questionou, no item 2.3 da proposta orçamentária,
182 quais seriam os critérios para a distribuição das bolsas, pois a pró-reitoria de pesquisa e pós-

183 graduação (PROPPG) apresentava um número discrepante em relação as outras pró-reitorias.
184 Questionou também sobre a ausência de bolsas de doutorado nesse quadro. O conselheiro Fabio
185 Kurt Schneider disse que há editais da PROPPG com acesso aos recursos mencionados nos
186 quadros do item 2.3, que os tornam bastante transparentes. Disse também que há a busca do
187 fortalecimento dos grupos de pesquisa. Em relação à ausência de bolsas de doutorado, disse que
188 há uma ação do governo federal para viabilizar essas bolsas e provavelmente a CAPES, numa
189 ação recente em que recebeu demandas do país inteiro, deva agir e processar essas informações.
190 O conselheiro Paulo André de Camargo Beltrão esclareceu que a UTFPR funciona num sistema
191 matricial, em que o reitor e o seu vice são eleitos pela comunidade, sendo os representantes
192 Institucionais, assim como os diretores-gerais, que, por sua vez, escolhem o melhor quadro
193 possível para as diretorias de área. Então, enfatizou, que esse diretor, representante da área
194 específica, faz a leitura da necessidade local e a repassa para incorporar ao orçamento. O
195 conselheiro ainda mencionou que foi uma vitória o fato de as pró-reitorias receberem os recursos,
196 que lhes permitiram efetivar várias ações, como o programa de bolsas. Esclareceu que esse
197 programa é voltado ao professor e não ao aluno, por isso não tem caráter assistencialista. O
198 processo nº 05 foi colocado em regime de votação, sendo aprovado com trinta e quatro votos
199 favoráveis ao relator, dois votos contrários e duas abstenções. **Processo 04/2014 – Proposta de**
200 **Regulamento para a Promoção de Docentes da Carreira de Magistério de Ensino Básico,**
201 **Técnico e Tecnológico à Classe de Professor Titular da UTFPR Relator: Admilson Teixeira**
202 **Franco.** Após a leitura do Relato, o presidente passou a palavra aos Conselheiros. O conselheiro
203 Antonio Gonçalves de Oliveira solicitou justificativas da comissão e do relator, no Art. 2º da
204 Proposta de Regulamento, sobre a necessidade da existência da Comissão Permanente para o
205 Processo de Promoção de Docentes à Classe de Professor Titular da Carreira (CPDT), já que na
206 regulamentação do Art.14 da lei, feita pela Portaria do Ministro da Educação é mencionada que a
207 responsabilidade pelo acompanhamento de todo o processo de seleção cabe à Comissão
208 Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Apontou também o Art. 4º da Proposta e seus
209 parágrafos quinto e sexto, mencionando o trecho “Para cada processo de promoção será
210 constituída, a critério da CPDT-EBTT, uma Comissão Especial de Avaliação para Docente Titular
211 (CEAT)”, questionando que o “a critério” remete a não obrigatoriedade, visto que a lei obriga a
212 CPDT a constituir uma CEAT. Solicitou também que seja verificada a questão dos 50% de
213 indicação dos postulantes, por motivo de equidade. O conselheiro Fabio Kurt Schneider
214 esclareceu, primeiramente, que a Portaria do Ministro da Educação, realmente diz que o Processo
215 deve ser acompanhado pela CPPD. Nessa última versão da proposta, foi garantido o
216 acompanhamento de um membro da CPPD dentro da CPDT. Disse, ainda, que é uma comissão
217 especializada e necessária para o correto andamento do processo. Esclareceu que sempre haverá
218 um documento sendo encaminhado para a CPPD com assinaturas conjuntas, garantindo-se assim
219 o cumprimento da lei. O conselheiro Fabio Kurt Schneider concordou que haveria uma confusão
220 em relação ao Art. 4, em “a critério de”, e propôs colocar “definido pela”. O conselheiro Antonio
221 Gonçalves de Oliveira sugeriu, no Art. 10, grupo B, fazer enumerações em cada um dos itens, em
222 forma de alíneas. No Art. 11, IV, “a”, “calculando-se pela média de aulas do período, o limite
223 inferior de 8 horas tenha sido respeitado;” questionou se o termo “limite inferior” não seria “limite
224 mínimo”. O relator concordou e incorporou a alteração. Sugeriu, ainda, no Art. 14, colocar em
225 forma de artigo o “Respeitado o previsto no Art. 13”, por estar no imperativo, e depois vem a ideia
226 de estabelecer o desempenho acadêmico. Em relação ao anexo da Proposta, colocou aos
227 conselheiros a possibilidade de inclusão de uma nova coluna e do proponente fazer o
228 autopreenchimento, assim a comissão seria responsável por analisar e validar. Se ocorrer a não
229 validação, haveria uma coluna extra para as justificativas, evitando, dessa forma, possíveis

230 recursos e questionamentos. Continuando sua fala, o conselheiro Antonio Gonçalves de Oliveira
231 passou a discussão para o Relato, na página seis, sobre o tema “acrescentar o Art. 28 com a
232 seguinte redação: “A CPDT-EBTT poderá realizar ajustes na Tabela para Pontuação de Atividades
233 inserindo ou retirando itens e modificando as pontuações”. Sobre esse ponto, mostrou-se
234 temeroso em abrir essas possibilidades, já que poderia gerar questionamentos. O presidente disse
235 que essa questão será estudada e melhorada. Ainda, na mesma página seis, no item “Acrescentar
236 o Art. 29 com a seguinte redação: “A participação de servidor docente como membro avaliador do
237 CEAT, poderá ser remunerada...” considerou que, nas comissões do próprio MEC, quando há a
238 nomeação de determinadas comissões, diz-se que não há custos, somente diárias, e assim
239 sucessivamente, e comentou o que foi colocado pelo relator. O conselheiro Fabio Kurt Schneider
240 esclareceu que o Anexo I é uma tabela de pontuação, que embasa o relatório de atividades. Esta,
241 por sua vez, tem uma coluna para se colocar a atividade do proponente e para o relator preencher
242 com “deferir/deferir o pedido do proponente”, e isso resultará num outro documento que será o
243 relatório. Em relação à remuneração, esclareceu que isso foi bem discutido pela comissão e o
244 principal objetivo foi o de evitar os elevados custos de criação de bancas presenciais com custos
245 de transporte e diárias para todos os casos. A ideia seria fazer como é feito com um consultor *ad*
246 *hoc*, ao molde de concursos públicos realizados para professores, com um valor para quem faz a
247 análise do memorial e do relatório de atividades. A conselheira Elsa Moreira questionou se, uma
248 vez que se tenha o Registro das Atividades Docentes (RAD) e o Memorial, ainda assim deveria
249 fazer um relatório a parte. O conselheiro Admilson Teixeira Franco esclareceu que a Portaria do
250 MEC diz claramente que, na avaliação para a promoção, deve-se constar a análise de Memorial,
251 que será feita por um avaliador *ad hoc*, o qual dará o parecer se aquilo é realmente uma
252 contribuição de um titular. Então, o RAD não seria suficiente para isso. O conselheiro Mauricio
253 Alves Mendes complementou dizendo que há uma demanda muito grande dos professores na
254 integração das informações (*Curriculum Lattes*, RAD, avaliação funcional, etc.) a fim de convergi-
255 las. Explicou que a comissão irá avaliar os documentos desde o início da carreira do professor na
256 Universidade, sendo o RAD um documento recente, além de ser apenas uma satisfação do que é
257 feito fora da sala de aula, não contemplando assim tudo que a Comissão necessitaria. O
258 conselheiro Rafael Cardoso disse que a Portaria do MEC estabelece o dever de se avaliar um
259 Memorial. Mencionou que, na Proposta, os termos Desempenho Acadêmico, Análise de Memorial
260 e o Relatório de Atividades se confundem. Sua sugestão foi definir cada um dos termos na
261 Proposta, com modelos no Anexo. Também comentou que tem a impressão de que apenas o
262 Memorial, a planilha de pontuação e a documentação comprobatória seriam suficientes, uma vez
263 que parece que o Relatório de Atividades pode ter uma grande repetição de informações
264 presentes no Memorial. O conselheiro Admilson Teixeira Franco esclareceu que, para habilitar a
265 promoção do professor titular, deve-se ter o título de doutor, ser aprovado em processo de
266 avaliação de desempenho e ter a aprovação de Memorial. Explicou que a avaliação de
267 desempenho é a própria avaliação feita internamente no Departamento, sendo a segunda
268 avaliação a contida no anexo. O Memorial seria o pré-requisito para que a CEAT fizesse a
269 avaliação final. O conselheiro Fabio Kurt Schneider complementou dizendo que o relatório de
270 desempenho acadêmico descreve objetivamente o que o professor fez, item a item, e o Memorial é
271 o local em que se contextualizariam as principais contribuições na carreira. Em seguida, propôs,
272 no Art. 1º, parágrafo primeiro, que o texto fosse colocado em forma de itens, da seguinte forma: “A
273 promoção para a Classe de Professor Titular na carreira de magistério EBTT, dar-se-á mediante a)
274 Avaliação de Desempenho Acadêmico; b) Análise de Memorial ou Tese Inédita...”. Seguindo as
275 contribuições, no Art. 2º, parágrafo primeiro, em “... preferencialmente ocupantes do último nível da
276 carreira”, o conselheiro sugeriu que seja padronizada e deixada da forma que o MEC pede ao se

277 montar uma comissão avaliadora: quatro doutores titulares ou professores D IV, nível 4. O relator
278 acatou. Ainda no Art. 2º, parágrafo quarto, o conselheiro Rafael Cardoso disse que o texto não cita
279 o período do mandato. Disse também que o Art. 5º está em conflito com o Art. 16. Continuou, no
280 Art. 7º, e pediu que reexaminassem o texto no trecho “no ano anterior”, devido às interpretações
281 possíveis. No Art. 11 pediu esclarecimentos sobre como seriam calculados os períodos semestrais
282 de oito horas. O conselheiro Fabio Kurt Schneider disse que esteve trabalhando com o documento
283 que será o Relatório, e disse que não se pode exigir cobrança de um mínimo de aulas, antes da lei
284 que o exija. Complementou esclarecendo que essa média seria como no exemplo seguinte: se o
285 professor deu dez aulas num semestre e seis no outro, atingirá a média oito, no ano. Ainda no
286 mesmo Art. 11, o conselheiro Rafael Cardoso sugeriu a troca da conjunção aditiva “e” ao final do
287 item a, por “ou”, por demonstrarem ideias opostas. Em seguida, o conselheiro Dalmarino Setti
288 propôs no Art. 24 a inclusão de algum dispositivo que resguardasse o servidor em casos de
289 atrasos na conclusão do Processo, ou seja, para os casos de não cumprimento de prazos em
290 função das dificuldades da comissão se reunir ou tomar alguma decisão. Em seguida, questionou
291 se há relação entre o item A 1.1 do anexo I e o Art. 11, I, e se apenas aqueles semestres com
292 mínimo de oito horas é que serão contabilizadas com a pontuação. O conselheiro Fabio Kurt
293 Schneider respondeu que, após a lei, será cobrada dessa forma sim, com exceção das
294 justificativas. O conselheiro Dalmarino Setti solicitou a inclusão do Projeto Rondon no item A 2.9. O
295 relator incorporou essa sugestão. No grupo B, do anexo, o conselheiro disse que a questão da
296 pontuação é progressiva no tempo, começando-se em 100 pontos e chegando-se a 160 pontos,
297 com 15 pontos a cada ano em um período de 5 anos, sugerindo que o crescimento fosse para 15
298 pontos a cada 2 anos. O relator acatou a sugestão. Ainda no mesmo anexo, em relação aos
299 Qualis, o conselheiro Dalmarino Setti observou que o documento dizia “avaliação na área”, porém
300 lembrou que muitos pesquisadores fazem publicações em áreas distintas das que são avaliadas e
301 essas também são de relevância, solicitando assim que fosse considerado o maior Qualis para
302 esse caso. O relator incorporou. O conselheiro Gilson Leandro Queluz sugeriu, no Art. 2º da
303 Proposta de Regulamento, parágrafo primeiro, que os membros indicados por cada uma das pró-
304 reitorias fossem eleitos. O presidente colocou essa proposta para ser estudada e analisada
305 posteriormente pela comissão, já que é um anseio da comunidade a celeridade do processo e a
306 proposta retardaria o mesmo. Em seguida, a conselheira Katya Cristina de Lima Picanço propôs
307 que a presidência da CPDT-EBTT seja indicada pela própria comissão. Solicitou também que, na
308 redação, fique clara que a concorrência seja universal, entre os professores doutores, sem critérios
309 que possam vir a formar grupos excludentes. Ainda, questionou se o relato substitui os parágrafos
310 do Art. 13 da Proposta de Regulamento. O conselheiro relator, Admilson Teixeira Franco,
311 esclareceu que não há a exclusão, apenas um esclarecimento. A conselheira Nanci Stancki da Luz
312 mencionou, no relato, na “inclusão do Art. 28”, a questão de se retirar itens e modificar as
313 pontuações, pois essa margem dada à comissão poderia gerar questionamentos posteriores. O
314 relator esclareceu que sugestão foi feita em benefício do proponente à promoção, para permitir
315 melhor andamento do processo. O conselheiro Rafael Cardoso solicitou revisão nos textos da
316 Proposta dos Arts. 13, 14, 19, 25 e 27, para melhor entendimento. Em seguida, questionou, no Art.
317 27, o fato de se perder o direito caso seja intempestivo e propôs que seja retroativo à data em que
318 o proponente tenha condições técnicas para solicitar a promoção. Propôs, em seguida, que fosse
319 feita uma análise jurídica sobre isso e, em não sendo possível, concordou em manter a posição da
320 comissão. O conselheiro Rafael Cardoso, por falta de tempo para a continuidade das atividades do
321 Conselho, ficou de enviar para a comissão responsável pela proposta, as sugestões e
322 questionamentos oriundos dos professores do câmpus Pato Branco para contribuir com a
323 finalização do regulamento. O presidente colocou o relato do processo nº 04 em votação, com as

324 alterações acatadas, o qual foi aprovado por unanimidade. Devido ao tempo excedente, o
325 presidente solicitou ao conselheiro Antonio Gonçalves de Oliveira, que relataria o Processo nº 06 –
326 Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UTFPR (PAINT), para que passasse para a
327 próxima reunião. O conselheiro concordou. Questionado, o presidente esclareceu que o Conselho
328 reconhece a legitimidade da greve dos técnicos-administrativos. Nada mais havendo a tratar, o
329 Presidente agradeceu a presença de todos e desejou boa viagem de retorno aos Câmpus, dando,
330 em seguida por encerrada a reunião da qual, eu, Cleonice Mendonça Pirolla, Secretária, lavrei a
331 presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.

332 **Titulares:**

333 Admilson Teixeira Franco
334
335 Alfredo de Gouvea
336
337 Antonio Augusto de Paula Xavier
338
339 Antonio Carlos Mazzetti
340
341 Antonio Gonçalves de Oliveira
342
343 Carlos Henrique Mariano
344
345 Cesar Augusto Tacla
346
347 Cezar Augusto Romano
348
349 Dalmarino Setti
350
351 Elsa Moreira
352
353 Fabio Kurt Schneider
354
355 Fernando César Manosso
356
357 Gilberto Cruz Rautt Junior
358
359 Gilson Leandro Queluz
360
361 Guilherme Luiz Frufrek
362
363 Heron Oliveira dos Santos Lima
364
365 Humberto Remigio Gamba
366
367 Jeferson Ferreira de Deus
368
369 João Paulo Aires
370

371	José Airton Azevedo dos Santos
372
373	Katya Cristina de Lima Picanço
374
375	Luiz Alberto Pilatti
376
377	Luiz Alberto Vieira Sarmento
378
379	Marcelo Guelbert
380
381	Marcio Roberto Ghizzo
382
383	Marco Antonio Areias Secco
384
385	Maurício Alves Mendes
386
387	Nanci Stancki da Luz
388
389	Neri Santos de Vargas
390
391	Paulo André de Camargo Beltrão
392
393	Paulo Cesar Paulino
394
395	Rafael Cardoso
396
397	Rogério Eduardo Cunha de Oliveira
398
399	Sandroney Fochesatto
400
401	Vanessa Ishikawa Rasoto
402
403	Vilson Luiz Dalle Mole
404
405	Weslei Trevisan Amâncio
406
407	Suplentes:
408	Eurico Pedroso de Almeida Junior
409
410	Henrique de Salles Gonçalves
411
412	Marcos Massaki Imamura
413
414	Ouvinte:
415	Carlos Alberto Mucelin
416
417	Presidente do Conselho Universitário

418	Carlos Eduardo Cantarelli
419
420	Secretária do Conselho Universitário
421	Cleonice Mendonça Pirolla
422
423	